



CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 43.776.491/0001-70

EXTRATO DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E SUSTENTABILIDADE - 2017 QUE ACOMPANHA AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Senhores Acionistas,

A Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), em atendimento às disposições legais e estatutárias, apresenta a síntese das atividades realizadas em 2017, acompanhado do Balanço Patrimonial e das respectivas Demonstrações Contábeis, do Parecer do Conselho Fiscal e do Relatório dos Auditores Independentes.

A CETESB constitui uma sociedade por ações em que a Fazenda do Estado de São Paulo detém 99,998% do capital social. A CETESB na qualidade de órgão delegado do Governo do Estado de São Paulo no campo do controle da poluição, de órgão executor do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais (SEAQUA) e de órgão do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SIGRH) atua na execução das políticas de meio ambiente e de desenvolvimento sustentável, notadamente no âmbito: do licenciamento ambiental e das atividades que utilizem os recursos naturais, do monitoramento ambiental, do aperfeiçoamento profissional nas questões ambientais, dos resíduos, da proteção aos mananciais e da fiscalização.

A CETESB tem como missão promover e acompanhar a execução das políticas públicas ambientais e de desenvolvimento sustentável, assegurando a melhoria contínua da qualidade do meio ambiente de forma a atender às expectativas da sociedade no estado de São Paulo.

A CETESB tem como visão buscar a excelência na gestão ambiental e nos serviços prestados aos usuários e à população em geral, aprimorando sua atuação no campo ambiental e na proteção da saúde pública.

Os valores que pautam a Companhia são: ética, legalidade, transparência, eficiência, eficácia, isonomia, imparcialidade, responsabilidade, valorização do capital humano e compromisso com a empresa.

A Companhia tem como objeto: proceder ao licenciamento ambiental de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva e potencialmente poluidores, bem como capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental; analisar solicitações para autorização a supressão de vegetação e intervenções em áreas consideradas de preservação permanente e demais áreas ambientalmente protegidas; analisar alvarás e licenças relativas ao uso e ocupação do solo em áreas de proteção de mananciais; analisar licenças de localização relativas ao zoneamento industrial metropolitano; fiscalizar e impor penalidades: a quem instale ou opere as atividades utilizadoras de recursos ambientais, sem licença ou autorização ambiental ou descumpra as exigências e condições nelas impostas a quem cause poluição ou degradação do meio ambiente, aos infratores da legislação sobre o uso e ocupação do solo em áreas de proteção de mananciais e aos infratores da legislação sobre o zoneamento industrial metropolitano; desenvolver políticas voltadas ao gerenciamento de áreas contaminadas; executar o monitoramento ambiental, em especial da qualidade dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, do ar e do solo, visando a melhoria da saúde pública; efetuar exames e análises necessários ao exercício das atividades de licenciamento, fiscalização e monitoramento ambiental; desenvolver estudos e pesquisas de interesse de seu campo de atuação; prestar serviços técnicos especializados a terceiros no âmbito de seu campo de atuação; explorar direta ou indiretamente os resultados das pesquisas

realizadas; promover o intercâmbio de informações e transferência de tecnologia com entidades nacionais e internacionais no âmbito de seu campo de atuação; elaborar normas técnicas específicas e suplementares no âmbito de suas atribuições; intensificar a sua identidade organizacional e excelência no campo da defesa do meio ambiente e seus valores fundamentais; atuar no desenvolvimento e implantação de ferramentas de gestão ambiental; incrementar a eficiência e sustentabilidade financeira; promover treinamento e aperfeiçoamento de pessoal para as atividades relacionadas ao seu campo de atuação e contribuir para o desenvolvimento social e econômico sustentável do estado de São Paulo.

Nos termos de seu Planejamento Estratégico, a CETESB estabeleceu como principais políticas: fomentar as ações de prevenção à poluição ambiental, por meio da adoção de novas tecnologias e da implantação de sistemas de gestão ambiental; contribuir para o desenvolvimento e institucionalização de meios de participação da sociedade na execução de políticas e de diretrizes estabelecidas para a gestão da qualidade ambiental; promover a atualização e a capacitação de seus recursos humanos; divulgar ao público em geral dados e informações sobre a situação ambiental no estado de São Paulo; incentivar, por meio das câmaras ambientais, a participação de entidades representativas dos diversos setores produtivos, de infraestrutura e dos órgãos de governo na proposição de políticas públicas ambientais; aprimorar o atendimento à sociedade e estreitar as relações de cooperação e transferência do conhecimento ambiental com as instituições públicas que atuam na defesa do meio ambiente.

A direção da empresa, dentro do Planejamento Estratégico, estabeleceu as seguintes diretrizes: agilizar a análise da emissão de autorizações, alvarás e licenças ambientais reduzindo o tempo de resposta no atendimento de demandas externas; atuar preventivamente nos empreendimentos fiscalizando em especial aqueles que se apresentem como potenciais ou efetivos poluidores e utilizadores dos recursos naturais; melhorar o diagnóstico ambiental do estado de São Paulo por meio do monitoramento da qualidade do ar, das águas e do solo; apoiar, fortalecer e estimular as ações municipais e/ou regionais na gestão ambiental; promover acordos de cooperação técnica e científica com renomadas entidades públicas e privadas; evidenciar o valor das ações positivas da Companhia por meio da comunicação interna e externa; implementar soluções de tecnologias de processamento de informações e dados; otimizar a aplicação de recursos e a busca de novas receitas e valorizar de forma estratégica o capital humano da CETESB.

A CETESB adotou como linhas de ação: o monitoramento e avaliação da qualidade do ar, das águas e do solo do estado de São Paulo; o licenciamento de empreendimentos com impacto ambiental; a capacitação e difusão do conhecimento ambiental - Escola Superior da CETESB; as políticas públicas de resíduos sólidos e eficiência dos recursos naturais e responsabilidade pós-consumo; e a simplificação do sistema de licenciamento ambiental; os financiamentos de projetos ambientais por meio de fundos de fomento (FECOP, FEHIDRO, FEPRAC) e a sustentabilidade financeira.

Para atender as suas atribuições legais com seu perfil institucional, a CETESB conta com um quadro aprovado de 2.463 posições, sendo que

Quadro 1 - Acompanhamento dos Indicadores do Programa 2604

PROGRAMA	INDICADOR DO PROGRAMA - ANO: 2017		
	INDICADOR	PREVISTO	REALIZADO
Monitoramento da Qualidade e Redução da Pegada Ambiental	1- Percentual de habitantes atendidos por aterros de resíduos urbanos com disposição adequada	97,63%	97,77%
	2- Percentual de praias classificadas em próprias e impróprias conforme sinalização com bandeiras e painéis	83%	90%
	3 - Percentual de rios e reservatórios monitorados adequados para o desenvolvimento da vida aquática no corpo hídrico	71,7%	80,3%
	4- Percentual de situação boa da qualidade do ar medida pela rede de monitoramento da CETESB no estado de São Paulo	70,7%	81,5%

Quadro 2 - Acompanhamento dos Indicadores de Produto no ano de 2017

PROGRAMA	AÇÃO	PRODUTO	INDICADOR DE PRODUTO	PREVISTO	REALIZADO
	Monitoramento da Qualidade e Redução da Pegada Ambiental	Financiamento de projetos ambientais - Fundo Estadual de Prevenção e controle da Poluição - FECOP	Apoio a Projetos de Controle, Preservação e Melhoria do Meio Ambiente	Número de projetos financiados pelo Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição - FECOP	100
Projetos do Fundo para Prevenção e Remediação de Áreas Contaminadas - FEPRAC		Apoio e Remediação de Áreas Contaminadas	Número de projetos financiados pelo Fundo Estadual de Prevenção e Remediação de Áreas Contaminadas - FEPRAC	-	Atingimento da meta previsto em 2019
Capacitação e Difusão do Conhecimento Ambiental - Escola Superior da CETESB		Capacitação e Difusão do Conhecimento Ambiental - Escola Superior da CETESB	Número de capacitações realizadas	4.440	3.587
Licenças de Empreendimentos de Baixo e Alto Impacto Ambiental		Licenças de Empreendimentos e Atividades que utilizem Recursos Ambientais - C e I	Percentual de licenças analisadas de baixo impacto ambiental	100%	109%
Compensação Ambiental do Rodoanel Mário Covas		Monitoramento da Qualidade do Ar para o Trecho Norte do Rodoanel Mário Covas	Percentual de emissão de licenças com impacto ambiental	100%	98%
			Número de municípios que serão beneficiados com os investimentos oriundos de compensação ambiental	1	3
Monitoramento e Avaliação da Qualidade do Ar e das Águas do Estado de São Paulo		Monitoramento e Avaliação da Qualidade do Ar e das Águas do Estado de São Paulo	Número de dados de concentração de poluentes atmosféricos	2.225.040	2.256.021
			Número de amostras de água coletadas em poços subterrâneos	560	623
Políticas Públicas de Resíduos Sólidos e Eficiência dos Recursos Naturais		Sistema Estadual de Gerenciamento <i>OnLine</i> de Resíduos Sólidos - SIGOR	Número de municípios com o SIGOR implementado	20	3
Gestão Administrativa e Financeira		Suporte Administrativo e Tecnológico às Unidades Administrativas	Número de unidades administradas	1	1
Responsabilidade Pós-Consumo	Termos de Compromisso de Responsabilidade pós-consumo para a Logística Reversa	Número de termos de compromissos firmados com os setores abrangidos pela Resolução SMA nº 45, de 23/06/2015	3	1	
Conservação Ambiental e Restauração Ecológica	Compensação Ambiental	Projetos de consolidação e criação de novas unidades de conservação	Número de projetos executados	-	6
Redução da Vulnerabilidade Ambiental e Mudanças Climáticas	Desenvolvimento de ações na área ambiental com recursos do FEHIDRO	Projetos apoiados pelo FEHIDRO	Número de projetos executados	16 ao final do PPA	1

SUSTENTABILIDADE

A CETESB está implementando ações para cumprir integralmente os requisitos de governança corporativa estabelecidos na Lei Federal nº 13.303 de 30 de junho de 2016, no Decreto Estadual nº 62.349 de 26 de dezembro de 2016 e em seu Estatuto Social.

Em atendimento às citadas legislações o tema Sustentabilidade passou a compor o Relatório da Administração a partir deste ano. Neste sentido, foi levantado todas as atividades relacionadas ao tema que já são consolidadas na Companhia, as quais destacamos:

Energia elétrica

A partir de 2001, juntamente com as ações de racionalização do consumo de água também foi iniciado um programa de redução do consumo de energia nas instalações da Sede, com melhorias no planejamento e programação dos trabalhos da Companhia, reorganizando horários de execução de atividades e disponibilização de recursos energéticos.

Em síntese observa-se que o consumo médio mensal em 2000 que era de 416 MWh foi gradativa e sucessivamente reduzido para 299 MWh em 2017, com uma expressiva redução de 28%.

Uso racional, conscientização e aproveitamento da água no complexo predial da Sede

O consumo de água do complexo predial da sede da CETESB historicamente foi alto, em decorrência de uma série de fatores, como diversas atividades laboratoriais que requerem resfriamento, condicionamento ou outros procedimentos, equipamentos e instalações hidráulicas antigas que causavam perdas, a existência de muitas edificações em extensa área de pátios e jardins e, entre outras. O consumo anual em 1999 foi de 72.514 m³ (média mensal de 6.043 m³) e por meio de ações adotadas ao longo dos anos o resultado no ano de 2017 alcançou um consumo médio mensal de 1.494 m³.

Aspecto Resíduos

O serviço de limpeza coleta o lixo orgânico e separa todo o lixo reciclável produzido nas dependências da Sede.

Em 2017, somados o lixo produzido interna e externamente, foram coletados 6.070 sacos de 100 litros com material reciclado, composto em sua grande maioria por papel/papelão, podendo conter em pequena parcela, outros materiais recicláveis, tais como copos plásticos e metal.

O produto dessa coleta é destinado a uma cooperativa de reciclagem que gera emprego e renda para dezenas de pessoas, algumas das quais ligadas a famílias que recolhiam materiais em um lixão da Zona Norte da capital. Esse material reciclável recolhido na CETESB é separado, enfiado e vendido pela cooperativa para empresas transformadoras.

No pátio da Sede foi instalada uma urna coletora de equipamentos eletroeletrônicos usados para receber equipamentos eletrônicos - como aparelhos de telefone, celulares, "videogames", acessórios eletrônicos, câmeras de foto e vídeo, impressoras, "desktops", "laptops", "tablets", "notepads", "e-readers" e similares - diretamente dos empregados e frequentadores das instalações da CETESB/SMA, para posteriormente dar-lhes a destinação ambientalmente adequada - desmontagem, descaracterização, segregação por tipo de materiais e posterior reciclagem para transformação em matéria-prima para a cadeia produtiva.

Em 2017 foram encaminhadas para descontaminação 4.179 lâmpadas fluorescentes inteiras.

Além de todas essas ações, há articulação com o Fundo Social de Solidariedade para a adequada destinação de resíduos metálicos e eletrônicos.

Boas práticas ambientais

Como boas práticas ambientais a CETESB apoia os empregados usuários de bicicleta com a implantação do bicicletário nas dependências da Sede, estimula a redução do consumo de papéis imprimindo somente o necessário e revisando os documentos na tela, na área de suprimentos, o catálogo de compras de produtos sustentáveis da Companhia vem sendo constantemente ampliado, realiza leilão de veículos, embarcações e inservíveis, prepara editais de contratações de obras e serviços que incluem exigências mais rigorosas visando a utilização de equipamentos

deste total, 1.951 estão ocupadas na seguinte distribuição: 1.230 profissionais de nível universitário, 665 profissionais de nível médio (técnicos e administrativos) e 56 profissionais de nível operacional. Está organizada em cinco Diretorias da seguinte forma: Presidência (P), Diretoria de Gestão Corporativa (A), Diretoria de Controle e Licenciamento Ambiental (C), Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental (I) e Diretoria de Engenharia e Qualidade Ambiental (E).

Em consonância com o princípio da descentralização de suas atividades a Diretoria de Controle e Licenciamento Ambiental conta com 46 Agências Ambientais distribuídas praticamente em todo o estado de São Paulo e a Diretoria de Engenharia e Qualidade Ambiental conta com sete laboratórios situados nas cidades de Sorocaba, Cubatão, Taubaté, Ribeirão Preto, Campinas, Limeira e Marília, além de dez laboratórios na sede da Companhia e um Laboratório de emissão veicular em São Bernardo do Campo.

Considerando o panorama de mudança institucional e de manutenção de sua excelência, é indispensável consignar que a análise das presentes demonstrações contábeis não pode e não deve ser efetuada à luz dos critérios de avaliação contábil tradicional, uma vez que a CETESB não exerce atividade precipuamente econômica, porquanto exerce o poder de polícia delegado do Governo do Estado de São Paulo. O Departamento Econômico Financeiro informa que a CETESB, como Empresa dependente dos recursos financeiros do Tesouro Paulista, foi afetada diretamente com uma significativa redução geral nos itens do orçamento financeiro da Companhia em consequência da crise financeira do País, que afetou também o Estado de São Paulo, com forte queda na arrecadação.

A atuação da CETESB permite que a atividade econômica possa ser desenvolvida de forma ambientalmente sustentável por todos os setores produtivos da sociedade, ao exigir que a produção econômica seja realizada em conformidade com a legislação ambiental, respeitando-se os recursos naturais e a saúde pública, e que contribua para a melhoria da qualidade de vida da população. Assim, caso fosse possível contabilizar a poupança de recursos públicos e privados decorrentes das ações preventivas de controle ambiental desenvolvidas pela CETESB e das ações corretivas que minimizam os custos com a manutenção da qualidade do meio ambiente, tudo isso aliado, ainda, à manutenção da saúde pública, o resultado dessas atividades certamente apresentaria um saldo extremamente positivo ao longo de todos os anos de sua existência.

Os benefícios econômicos e sociais, reflexo da atuação da CETESB, mesmo que intangíveis, se dão também por meio de sua contribuição para a melhoria do meio ambiente.

Destacamos que, a CETESB está inserida no Plano Plurianual 2016-2019 do Governo do Estado e da Secretaria do Meio Ambiente (SMA) com o programa intitulado "Monitoramento da Qualidade e Redução da Pegada Ambiental", constituído por quatro indicadores de programa, nove produtos vinculados a nove ações, onze indicadores de produto, além de dois produtos vinculados aos programas da SMA, com um indicador para cada produto. Para o acompanhamento do Programa foram definidos nove indicadores, que buscam traduzir a efetividade do desempenho do PPA. Os resultados demonstram que todos os indicadores superaram o previsto, conforme apresentados nos quadros a seguir:

mais eficientes e a adoção de tecnologia mais limpa para redução de insumos não renováveis, entre outras ações.

Desempenho Social

A CETESB no cumprimento da agenda da gestão ambiental atua dentro da ótica da sustentabilidade, promovendo o desenvolvimento econômico e social da população paulista com a observância das políticas ambientais do Governo do Estado de São Paulo.

Há de ressaltar que a área ambiental, onde a CETESB tem as suas atribuições, é difusa e, desta forma, tem impactos em diversos aspectos da sociedade paulista sem, contudo, não ter a devida visibilidade.

Desempenho Econômico

Nas últimas duas décadas o orçamento da CETESB permaneceu praticamente estagnado e com uma linha de tendência indicando pequeno crescimento.

Em relação à Gestão Financeira, em 2017, a evolução do orçamento financeiro da CETESB decorre da política praticada, onde os aportes de recursos efetuados pelo Tesouro foram sendo reduzidos gradativamente e os ingressos de recursos próprios, foram suficientes apenas para compensar os que foram retirados do Tesouro, impedindo, desta forma, que os montantes anuais fossem aumentados. Nestas condições, onde a CETESB é empresa dependente do Estado, qualquer alteração deste quadro dependerá do incremento do aporte de recursos financeiros pelo Tesouro, posto que, a capacidade de arrecadação da Companhia é restrita e se encontra praticamente no limite.

Os resultados apresentados no presente Relatório permitem constatar que a CETESB se manteve dentro dos objetivos da sua missão institucional, reafirmando seus compromissos de promover e acompanhar a execução das políticas públicas ambientais e de desenvolvimento sustentável, assegurando a melhoria contínua da qualidade do meio ambiente de forma a atender às expectativas da sociedade no estado de São Paulo. O detalhamento deste relatório está disponibilizado no sítio da CETESB - www.cetesb.sp.gov.br



CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 43.776.491/0001-70

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(em milhares de reais)

	2017	2016		2017	2016
Ativo			Passivo e Patrimônio Líquido		
Circulante	<u>172.134</u>	<u>132.029</u>	Circulante	<u>112.467</u>	<u>112.529</u>
Equivalentes de Caixa (nota 04)	49.117	68.121	Fornecedores	6.747	6.935
Clientes	1.003	986	Salários e Remunerações a Pagar	8.598	8.475
Adiantamentos a Empregados	1.685	1.748	Impostos e Contribuições a Recolher (nota 10)	22.362	17.502
Impostos a Recuperar (nota 05)	7.387	386	Adiantamentos de Convênios	9.650	13.519
Parcelamentos a Receber (nota 06)	36.974	19.885	Adiantamentos de Clientes	247	362
Valores a Receber - Dívida Ativa (nota 07)	74.744	39.224	Provisão Férias, Licença Prêmio e Encargos	39.771	39.639
Estoques	833	876	Provisão Programa Participações Resultados (nota 3.i)	11.349	6
Despesas Exercício Seguinte	391	803	Provisão Plano de Carreira	2.024	1.854
			Outras Contas a Pagar	1.337	1.043
Não Circulante	<u>420.527</u>	<u>426.244</u>	Provisão Contingências Trabalhistas (nota 11)	8.130	5.250
Depósitos Restituíveis (nota 11)	11.281	7.858	Provisão Processos Cíveis/Fiscais (nota 11)	<u>2.252</u>	<u>17.944</u>
Adiantamentos a Empregados	2.210	1.879	Não Circulante	<u>93.684</u>	<u>102.829</u>
Parcelamentos a Receber (nota 06)	15.089	10.936	Impostos e Contribuições a Recolher (nota 10)	-	4.822
Valores a Receber - Dívida Ativa (nota 07)	250.305	278.741	Impostos Reservas de Reavaliação (nota 10)	1.625	1.700
Impostos a Recuperar	1.479	1.036	Adiantamentos de Convênios	17.904	11.800
			Provisão Contingências Trabalhistas (nota 11)	16.832	17.871
Investimentos	8	266	Provisão Processos Cíveis/Fiscais (nota 11)	<u>57.323</u>	<u>66.636</u>
Imobilizado (nota 08)	132.956	125.517	Patrimônio Líquido	<u>386.510</u>	<u>342.915</u>
Intangível (nota 09)	7.199	11	Capital Social (nota 12a)	169.115	165.921
Total	<u>592.661</u>	<u>558.273</u>	Adiantamentos para Aumento de Capital	407	3.193
			Reservas de Capital	41.536	18.357
			Reservas de Reavaliação (nota 12c)	19.639	19.876
			Reservas de Lucros (nota 12d)	<u>155.813</u>	<u>135.568</u>
			Total	<u>592.661</u>	<u>558.273</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(em milhares de reais)

	Adiantamento		Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros	Lucros/Prejuízos Acumulados	Total
	Capital Social	para Aumento de Capital					
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	156.099	9.822	16.981	20.113	150.411	-	353.426
Capital Autorizado pelo Governo do Estado	9.822	(9.822)	-	-	-	-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	-	3.193	-	-	-	-	3.193
Realização das Reservas de Reavaliação	-	-	-	(237)	-	-	(237)
Diferimento da Tributação sobre as Reservas	-	-	-	-	312	-	312
Bens Recebidos em Doação	-	-	1.376	-	-	-	1.376
Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	-	(15.155)	(15.155)
Incorporação do Prejuízo às Reservas de Lucros	-	-	-	-	(15.155)	15.155	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	165.921	3.193	18.357	19.876	135.568	-	342.915
Capital Autorizado pelo Governo do Estado	3.193	(3.193)	-	-	-	-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	-	407	-	-	-	-	407
Realização das Reservas de Reavaliação	-	-	-	(237)	-	-	(237)
Diferimento da Tributação sobre as Reservas	-	-	-	-	312	-	312
Bens Recebidos em Doação	-	-	23.179	-	-	-	23.179
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	19.933	19.933
Transferência para Reservas de Lucros	-	-	-	-	19.933	(19.933)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	169.115	407	41.536	19.639	155.813	-	386.510

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(valores em milhares de reais)

01 Contexto Operacional

A CETESB, com sede na Avenida Professor Frederico Hermann Jr., 345 - Alto de Pinheiros - São Paulo - SP, empresa de economia mista, de capital fechado, onde a Fazenda do Estado de São Paulo detém 99,9989% do capital social, constituída pela Lei nº 118 de 29/06/73, alterada pela Lei nº 13.542 de 08/05/09, vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente, tem atribuições legais voltadas para a sua condição de órgão delegado do Governo do Estado de São Paulo no campo do controle da poluição e de órgão executor do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais - SEAQUA.

02 Apresentação das Demonstrações Contábeis

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 23 de fevereiro de 2018. Tais demonstrações foram elaboradas em observância às resoluções emanadas do Conselho Federal de Contabilidade e estão sendo apresentadas de acordo com a legislação societária e práticas contábeis, em observância aos Pronunciamentos Contábeis emitidos, que incluem estimativas e premissas como a mensuração de provisões para perdas de créditos a receber, estimativas para a determinação da vida útil de ativos e provisões necessárias para passivos contingentes. Portanto, os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas.

03 Práticas Contábeis

a. Apuração do Resultado

As receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência. Os valores das multas aplicadas, decorrentes do exercício do poder de polícia delegado e abrangidos pelo princípio da imunidade tributária recíproca, são registrados nas contas de compensação e são contabilizados no resultado quando do seu efetivo recebimento, parcelamento, repasse pelo Tesouro do Estado ou sua inscrição na dívida ativa do Estado. Os valores das licenças ambientais concedidas, também decorrentes do exercício do poder de polícia delegado e abrangidos pelo princípio da imunidade tributária recíproca, são registrados no resultado quando do seu efetivo recebimento ou parcelamento.

b. Aplicações Financeiras

Os valores aplicados são acrescidos dos rendimentos financeiros auferidos até a data do balanço.

c. Estoques

Os estoques de materiais e de produtos estão demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção, não superior ao valor de realização; os serviços em andamento são demonstrados ao custo de produção.

d. Investimentos

Demonstrado ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A Companhia, em atendimento as orientações do CODEC e em virtude de oportunidades financeiras ocorridas no exercício, alienou as suas participações junto às empresas de telefonia e concessionária de energia elétrica.

e. Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, acrescido de valores de reavaliação sobre os imóveis, realizada no exercício de 2003, anteriormente ao advento da Lei nº 11.638/07. A Companhia adotou o valor residual reavaliado em 31 de dezembro de 2003, como novo valor de custo dos imóveis (terrenos e benfeitorias). A parcela da reserva de reavaliação referente aos imóveis, exceto terrenos, é transferida (realizada) para os lucros (prejuízos) acumulados na mesma proporção em que os bens são depreciados. A parcela da reserva de reavaliação sobre terrenos somente será transferida (realizada) para lucros (prejuízos) acumulados quando os terrenos forem alienados. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base no prazo estimado de vida útil econômica dos bens.

f. Ativo Intangível - Programas de Computador (Softwares)

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pela taxa descrita na Nota 10.

g. Provisão para Férias, Licença Prêmio e Encargos

As férias vencidas, proporcionais, licença prêmio e respectivos encargos incorridos até a data do balanço, calculados com base nos direitos adquiridos pelos empregados, foram apropriadas mediante constituição de provisão no passivo circulante.

h. Provisão para Plano de Carreira

Em observância ao Princípio Contábil da Prudência, é adotada a prática de se constituir provisão para o plano de carreira, conforme Política interna da Companhia.

i. Provisão para Programa de Participação dos Empregados nos Resultados da Empresa (PPR)

Em observância ao Princípio Contábil da Prudência, é adotada a prática de se constituir provisão para o PPR, conforme Política interna da Companhia.

j. Contabilização dos Convênios

A Companhia celebra "Convênios" com diversas Entidades nacionais/internacionais e Fundos Estaduais para o desenvolvimento de vários projetos relacionados com sua atividade fim. Os recursos provenientes desses convênios são contabilizados quando do seu recebimento de forma antecipada e na aprovação da prestação de contas.

k. Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia é optante pela tributação com base no lucro real, sendo que em 31/12/2017, o lucro do exercício, ajustado pelas adições e exclusões determinadas pela legislação fiscal, acarretou em prejuízo fiscal, não sendo realizada a constituição de provisão para imposto de renda e contribuição social.

l. Ativos Circulantes e não Circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos até a data do Balanço. Em razão das características operacionais da Companhia, não são aplicáveis ajustes ao valor presente líquido e/ou valor justo de realização.

m. Redução ao valor recuperável - Imobilizado e Intangível

A Administração efetuou testes preliminares visando à necessidade de ajuste ao valor recuperável dos bens que compõem o imobilizado e intangível, não sendo identificados indícios de desvalorização significativa, considerando as atividades estatutárias da empresa, utilização dos bens e os grupos contábeis os quais são aplicáveis o referido teste.

04 Equivalentes de Caixa

	2017	2016
Bancos	2.309	1.158
Aplicações Financeiras:		
Livres	19.254	41.644
Vinculadas a Convênios	27.554	25.319
	<u>49.117</u>	<u>68.121</u>

05 Impostos a Recuperar

Incluso o montante de R\$ 7.158 mil, relativo à adesão ao REFIS - Programa de Recuperação Fiscal (Lei Federal nº 12.865 de 09/10/2013), referente à compensação indevida do IRRF no período de agosto a dezembro/1999. A CETESB efetuou todos os pagamentos, os quais não foram homologados pela Receita Federal. O montante em questão será utilizado para compensação de impostos federais incidentes sobre a folha de pagamento em exercício subsequente, via Perdcomp, o qual fica pendente de deferimento pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

06 Parcelamentos a Receber

	Circulante		Não Circulante	
	2017	2016	2017	2016
Multas Fontes Móveis	19.794	18.440	3.610	3.135
Multas Fontes Estacionárias	13.827	10.906	12.414	6.950
Assistência Médica	321	281	248	273
Multas Agenda Verde	3.019	337	9.773	578
Cursos	7	7	-	-
Perdas Estimadas para Crédito de Liquidação Duvidosa	-	(10.090)	(10.956)	-
Atualização Legal	6	4	-	-
	<u>36.974</u>	<u>19.885</u>	<u>15.089</u>	<u>10.936</u>

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(em milhares de reais)

	2017	2016
Receita Líquida de Serviços e Vendas		
Subvenção de Custeio	165.596	145.897
Exercício do Poder de Polícia Delegado	259.098	247.538
Venda de Serviços e Produtos	8.658	12.695
	(nota 13)	433.352
Custo dos Serviços e Produtos Vendidos e Subvencionados	(334.698)	(305.178)
Lucro Bruto	<u>98.654</u>	<u>100.952</u>
Despesas/Receitas Operacionais		
Despesas Administrativas	(114.220)	(160.497)
Outras Despesas e Receitas Operacionais	(nota 15)	11.295
Outras Despesas e Receitas - Exercício do Poder de Polícia Delegado	(40)	2.739
	(102.965)	(149.979)
Resultado Operacional antes dos Encargos		
Financeiros e Variações Monetárias	(4.311)	(49.027)
Encargos Financeiros Líquidos		
Despesas Financeiras	(430)	(353)
Receitas Financeiras	348	472
Multas e Juros - Exercício do Poder de Polícia Delegado	18.249	17.899
	18.167	18.018
Variações Monetárias		
Passivas	(318)	(1.104)
Ativas - Exercício do Poder de Polícia Delegado	(nota 16)	6.095
Ativas - Outras	300	251
	6.077	15.854
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	<u>19.933</u>	<u>(15.155)</u>
Resultado Líquido por Ação		
Participação de Acionistas não Controladores	1	(1)
Participação de Acionistas Controladores	19.932	(15.154)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis		

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(em milhares de reais)

	2017	2016
Atividades Operacionais		
Lucro/Prejuízo do Exercício	19.933	(15.155)
Despesas (Receitas) que não Afetam o Caixa:		
Depreciação do Imobilizado	14.620	13.152
Amortização do Intangível	1.234	1
Realização Reserva de Reavaliação	75	75
Baixas no Ativo Imobilizado	508	221
Subtotal	<u>36.370</u>	<u>(1.706)</u>
Variações no Ativo Circulante		
Clientes	280	(85)
Adiantamentos a Empregados	63	(217)
Impostos a Recuperar	(7.001)	(114)
Parcelamentos a Receber	(17.089)	(1.843)
Valores a Receber - Dívida Ativa	(35.520)	43.036
Outras Contas a Receber	(296)	354
Estoques	42	(110)
Despesas Exercício Seguinte	412	584
Subtotal	<u>(59.109)</u>	<u>41.605</u>
Variações no Passivo Circulante		
Fornecedores	(188)	1.661
Salários e Remunerações a Pagar	123	350
Impostos e Contribuições a Recolher	4.860	(149)
Adiantamentos de Convênios	(3.869)	1.667
Adiantamentos de Clientes	(115)	-
Provisão para Férias, Licença Prêmio e Encargos	11.645	(9.063)
Outras Contas a Pagar	294	(119)
Provisão para Contingências Trabalhistas	2.880	1.431
Provisão para Processos Cíveis/Fiscais	(15.691)	3.107
Subtotal	<u>(61)</u>	<u>(1.115)</u>
Total das Atividades Operacionais	<u>(22.800)</u>	<u>38.784</u>
Atividades de Investimento		
Aquisição de Ativo Imobilizado em Curso	(30.987)	(9.726)
Aquisição de Investimentos	258	(24)
No Realizável de Longo Prazo	112.797	(10.007)
Exigíveis a Longo Prazo Transferidos para o Circulante	5.997	1.873
Total das Atividades de Investimento	<u>88.065</u>	<u>(17.884)</u>
Atividades de Financiamento		
Recursos Destinados a Aumento de Capital	407	3.193
Bens Recebidos em Doação	23.179	1.376
Realizáveis a Longo Prazo Transferidos para o Circulante	(92.712)	(8.965)
Recursos Obtidos de Longo Prazo	(15.143)	418
Total das Atividades de Financiamento	<u>(84.269)</u>	<u>(3.978)</u>
Capital Circulante Líquido	<u>(19.004)</u>	<u>16.922</u>
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa	68.121	51.199
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>49.117</u>	<u>68.121</u>
Variação Líquida nas Disponibilidades	<u>(19.004)</u>	<u>16.922</u>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis		

A Companhia alterou os seus procedimentos e passou a cobrar as multas, junto aos devedores, antes da inscrição na dívida ativa do Estado, tendo obtido excelentes resultados no exercício de 2017.

07 Valores a Receber - Dívida Ativa

A Companhia continua efetuando a inscrição das multas ambientais no Sistema da Dívida Ativa (SDA), administrado pela Procuradoria Geral do Estado. O valor das multas é atualizado pelo IPC-Fipe, que também é usado para atualização da UFESP.

Em atendimento ao princípio contábil da prudência, a Companhia adota conservadoramente o procedimento de constituir provisão para Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas. Considera como perdas estimadas todas as multas inscritas acima de 5 (cinco) anos.

	2017	2016
Inscrições na Dívida Ativa - Circulante	74.744	39.224
Inscrições na Dívida Ativa - Não Circulante	787.317	767.051
(-) PECLD - Perdas Estimadas de Créditos de Liquidação Duvidosa	(537.012)	(488.310)
Total não Circulante	<u>250.305</u>	<u>278.741</u>
Total Dívida Ativa	<u>325.049</u>	<u>317.965</u>



CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 43.776.491/0001-70

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (valores em milhares de reais)

08 Imobilizado	
a. Composição dos Saldos	
	Taxa de Depreciação
	% a.a.
Terrenos	
Edifícios e instalações	1,82 a 2,86
Rede Telemétrica	10
Máquinas e equipamentos	10
Móveis e utensílios	10
Veículos e embarcações	20 e 5
Microcomputadores e periféricos	20
Laboratório volante e de testes de Veículos	10
Benfeitorias em propriedade terceiros	20
Imobilizações em andamento	
Outros	4
Total	

b. Movimentação do Custo				
	2016	2017		
	Custo	Adições	Baixas	Custo
Terrenos	14.957	-	-	14.957
Edifícios e instalações	57.212	3.435	103	60.544
Rede Telemétrica	2.727	-	62	2.665
Máquinas e equipamentos	77.371	16.298	2.037	91.632
Móveis e utensílios	5.152	177	81	5.248
Veículos e embarcações	16.041	129	1.656	14.514
Microcomputadores e periféricos	15.460	4.164	139	19.485
Laboratório volante e de testes de Veículos	921	-	880	41
Benfeitorias em propriedade terceiros	8.774	16.708	-	25.482
Imobilizações em andamento	25.326	6.351	24.983	6.694
Outros	972	-	-	972
Total	224.913	47.262	29.941	242.234

09 Intangível	
a. Composição dos Saldos	
	Taxa de Amortização
	% a.a.
Software	20
Total	

b. Movimentação do Custo				
	2016	2017		
	Custo	Adições	Baixas	Custo
Software	585	8.421	-	9.006
Total	585	8.421	-	9.006

Estavam em desenvolvimento os sistemas: Portal do Licenciamento Ambiental e Gestão Ambiental - GAIA e foram concluídos no exercício de 2017.

10 Impostos e Contribuições a Recolher				
	Circulante	Não Circulante		
	2017	2016	2017	2016
Impostos sobre Folha de Pagamento	18.261	17.015	-	-
Impostos e Contribuições de Terceiros	363	412	-	-
Impostos Reserva de Reavaliação	75	75	1.625	1.700
Parcelamento - IRRF	3.663	-	-	4.822
Total	22.362	17.502	1.625	6.522

11 Contingências e Compromissos Assumidos
a. Nas datas das demonstrações contábeis, a Companhia apresentava os seguintes passivos e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

	Circulante		Não Circulante	
	2017	2016	2017	2016
Contingências Trabalhistas e Previdenciárias	8.130	5.250	16.832	17.871
Contingências Cíveis	2.252	17.944	57.323	66.636
	10.382	23.194	74.155	84.507

O montante em 31 de dezembro de 2017, em Depósitos Judiciais efetuados para contingências trabalhistas e cíveis é de R\$ 11.281 mil.

b. A movimentação das provisões no exercício de 2017 está demonstrada a seguir:

	Ações Trabalhistas		Ações Cíveis	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	23.121	84.580		
Adições	8.990	-		
Baixas	(5.308)	(1.175)		
Reversão da provisão	(1.841)	(23.830)		
Saldo em 31 de dezembro de 2017	24.962	59.575		

c. Natureza das contingências
A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, estão resguardadas por depósitos judiciais.

	2017		2016	
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Terrenos	14.957	-	14.957	14.957
Edifícios e instalações	60.544	28.253	32.291	31.597
Rede Telemétrica	2.665	2.660	5	13
Máquinas e equipamentos	91.632	46.990	44.642	35.107
Móveis e utensílios	5.248	3.498	1.750	1.967
Veículos e embarcações	14.514	11.648	2.866	4.515
Microcomputadores e periféricos	19.485	12.268	7.217	5.534
Laboratório volante e de testes de Veículos	41	41	-	-
Benfeitorias em propriedade terceiros	25.482	3.814	21.668	5.633
Imobilizações em andamento	6.694	-	6.694	25.326
Outros	972	106	866	866
Total	242.234	109.278	132.956	125.517

As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seu Departamento Jurídico.

A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue:
• Contencioso Cível - possui características próprias, à medida que a grande maioria das ações contra a empresa (relativos a mandados de segurança e ações anulatórias de multa em geral), ainda que julgadas procedentes, não resultam em condenações que signifiquem desembolsos financeiros diretos. Nesse sentido, para se realizar o provisionamento das prováveis perdas judiciais cíveis, procedeu-se a uma triagem dos processos em curso, tendo-se desde o início realizado a identificação dos processos que não resultam em condenações com reflexos financeiros diretos, à exceção do eventual pagamento de custas e honorários advocatícios. No exercício de 2017, o Departamento Jurídico efetuou uma reavaliação nos critérios de classificação das ações, redundando em uma reversão na provisão de perdas prováveis, no montante de R\$ 23.830 mil.

No exercício de 2014, foi contabilizado o valor de R\$ 36.587 mil, referente ao montante de contribuições (PIS/PASEP, COFINS e CSLL) do exercício de 2009, conforme crédito tributário constituído pela Receita Federal do Brasil. O montante atualizado em 31/12/2017 é de R\$ 56.407 mil. O processo nº 0033927-88.2015.403.6182 encontra-se em execução fiscal e a dívida está garantida por meio de Seguro Garantia contratado pela CETESB e poderá ser alterado, conforme desdobramento das medidas judiciais pertinentes ao débito em questão.

• Contingências Trabalhistas - consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas à reivindicação da sexta parte, reintegração no emprego e diferenças de verbas rescisórias.

d. Processos de Perdas possíveis, não provisionadas no balanço
A Companhia é parte em ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificadas pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, em observância aos Pronunciamentos Contábeis, em especial ao CPC 25. A seguir, demonstramos a composição dos referidos processos:

	2017	2016
Cíveis	98.107	1.238.907
Trabalhistas	30.276	28.565
Total	128.383	1.267.472

O objeto principal das ações cíveis é a discussão sobre eventuais danos ambientais/questionamentos sobre licenciamentos ambientais, e o principal autor é o Ministério Público.

12 Patrimônio Líquido

- O capital social está representado por 5.637.162.428 de ações ordinárias de classe única, nominativas e sem valor nominal.
- O Estatuto Social da Companhia estipula que as ações ordinárias terão direito ao dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, após as deduções determinadas ou admitidas em lei. A Companhia mantém Reservas de Lucros com expectativa de realização futura (artigo 197, da Lei nº 6.404/76), no montante de R\$ 155.813 mil, já considerada a transferência do resultado do exercício, cuja natureza decorre de receitas do Exercício do Poder de Polícia Delegado que se realizarão em exercícios futuros, mediante deliberação em Assembleia Geral. Como prática constante da Companhia, não houve distribuição de dividendos sobre as referidas Reservas de Lucros, como também não há qualquer perspectiva de distribuição de dividendos sobre o resultado do exercício, considerando a insuficiência de caixa e os objetivos estatutários da Companhia frente ao seu Acionista Controlador.
- Reservas de Reavaliação: A Companhia realizou no exercício de 2003 a reavaliação dos seus imóveis (terrenos e benfeitorias). No exercício de 2017, foi reconhecida, em contrapartida ao Resultado, a depreciação no montante de R\$ 312 mil.
- O lucro apurado no exercício de 2017, no montante de R\$ 19.933 mil foi incorporado à Reserva de Lucros, cujo saldo no encerramento do exercício anterior era de R\$ 135.568 mil.

13 Receitas Operacionais		2017	2016
Subvenção Econômica		165.596	145.897
Exercício de Poder de Polícia:			
Licenciamento		126.216	122.920
Multas Ambientais		134.561	120.943
Taxa de Fiscalização Ambiental		5.751	25.972
Cancelamentos		(7.430)	(22.297)
		259.098	247.538
Vendas de Serviços/Produtos:			
Certificação de Veículos/Motocicletas		7.287	12.862
Cursos		1.813	1.028
Análises Laboratoriais		787	682
Demais Receitas		203	223
Impostos e Contribuições		(1.432)	(2.100)
		8.658	12.695
Total		433.352	406.130

14 Custos e Despesas		Custo de Produção		Despesas Gerais e Administrativas	
	2017	2016	2017	2016	
Pessoal e Reflexos	291.444	269.624	115.754	109.017	
Materiais	3.438	3.358	419	398	
Serviços de Terceiros	4.067	4.470	3.802	4.110	
Perdas Estimadas de Crédito de Liquidação Duvidosa e Provisões para Contingências	-	-	(1.239)	41.865	
Recuperação Despesas - Convênios	-	-	(10.529)	(5.281)	
Demais Despesas	35.749	27.726	6.013	10.388	
Total	334.698	305.178	114.220	160.497	

Os principais fatores que interferiram na queda das despesas gerais e administrativas foram: a reversão da provisão para contingências cíveis, conforme nota explicativa 11c, e a reversão das perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa, e as inscrições na dívida ativa do Estado - multas de fontes estacionárias, tendo em vista os cancelamentos realizados no exercício e a transferência das multas do não circulante para o circulante 90% superior ao exercício anterior.

15 **Outras Despesas e Receitas Operacionais**
O acréscimo líquido ocorrido nesta rubrica teve como principais fatores: contrapartida do lançamento contábil, conforme nota explicativa 05 (crédito tributário) e redução dos rendimentos de aplicações financeiras na Corretora do Governo do Estado de São Paulo, tendo em vista que no exercício de 2017 os ingressos de recursos foram menores que os desembolsos, obrigando a Companhia a utilizar os recursos aplicados.

16 **Variações Monetárias Ativas - Exercício do Poder de Polícia Delegado**

As multas inscritas na dívida ativa do Estado são atualizadas anualmente pela variação da UFESP - Unidade Fiscal do Estado de São Paulo. A variação ocorrida nessa rubrica nos dois exercícios foi influenciada diretamente pela variação da UFESP:

31/12/2016 = acréscimo de 6,45%

31/12/2017 = acréscimo de 2,51%

17 Remunerações pagas aos Administradores		2017	2016
Diretoria		1.099	1.381
Conselho de Administração		241	383
Conselho Fiscal		199	215
Total		1.539	1.979

18 **Cobertura de Seguros**
A Companhia mantém cobertura de seguro contra incêndio, raio, explosão, transportes nacionais e internacionais e riscos diversos em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros.

19 **Instrumentos Financeiros**
A Companhia participa de operações que envolvem instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais que se destinam a atender as suas necessidades de gerenciamento de disponibilidades. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controles. Os instrumentos financeiros contabilmente encontram-se a valor de mercado.

20 **Imunidade Tributária**
Conforme nota explicativa 3.a, a Companhia, como Órgão delegado do Estado de São Paulo, pratica o princípio da imunidade tributária recíproca.

A fim de consolidar seus conceitos e práticas, em 19 de dezembro de 2013, a Companhia ingressou com pedido de reconhecimento da imunidade recíproca (direito tributário) junto ao Supremo Tribunal Federal (Processo nº ACO 2304), para a questão da tributação das receitas oriundas do poder de polícia delegado, tais como: arrecadação de multas ambientais, licenças ambientais e taxa de fiscalização ambiental. Em decisão final do STF, ocorrido em 01/12/2017, a CETESB obteve êxito parcial, sendo que a imunidade tributária foi concedida somente para os impostos federais. A partir do exercício de 2018, a Administração decidiu pelo recolhimento das contribuições sociais (PIS/PASEP, COFINS e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), aplicando o regime de cumulatividade para o PIS/PASEP e COFINS e o critério do lucro real para apuração da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

21 **Partes Relacionadas**
Em observância ao Pronunciamento Técnico Contábil CPC-05, a Companhia informa que em 31/12/17 não mantinha operações caracterizadas como partes relacionadas, referente aos clientes adquirentes de bens e serviços comercializados pela empresa. A Companhia também não possui transações com empresas coligadas e/ou controladas em conjunto com terceiros (denominado joint venture).

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, bem como do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, à vista do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas - Sacho Auditores

Independentes EPP, de 02/03/2018, sem ressalvas, elaborado de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.

O Conselho Fiscal, por unanimidade, à vista das verificações realizadas ao longo de todo o exercício social, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da CETESB, e reúnem condições de

serem submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas da Empresa.

São Paulo, 08 de março de 2018
José Henrique Reis Lobo
Keli Regina Della Torre Soler
Silvia Maria de Lisboa

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CARLOS ROBERTO DOS SANTOS
JOSÉ RENATO NALINI
JOSÉ RICARDO FRANCO MONTORO

DIRETORIA

CARLOS ROBERTO DOS SANTOS
Diretor-Presidente
WALDIR AGNELLO
Diretor de Gestão Corporativa
GERALDO DO AMARAL FILHO
Diretor de Controle e Licenciamento Ambiental

ANA CRISTINA PASINI DA COSTA
Diretora de Avaliação de Impacto Ambiental
EDUARDO LUÍS SERPA
Diretor de Engenharia e Qualidade Ambiental
MARIA IZABEL G. DA SILVA E SANTOS
Contadora - CRC 1SP145802/O-2

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Srs. Administradores e Acionistas da
CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CETESB - Companhia Ambiental do Estado de

São Paulo, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de

acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as



CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 43.776.491/0001-70

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de

segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base

contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 02 de março de 2018

SACHO - AUDITORES INDEPENDENTES

CRC - 2SP 017.676/O-8

HUGO FRANCISCO SACHO

CRC - 1SP 124.067/O-1



Secretaria do Meio Ambiente